

A PRÁTICA SOCIAL LAZER DIANTE DO ACONTECIMENTO AMBIENTAL

Cae Rodrigues¹

RESUMO

As disputas em torno da problemática socioambiental indicam que essa se configura enquanto objeto de saber e eixo de uma prática discursiva, configurando um novo campo de poder e de luta no interior do qual são disputados interesses e sentidos concernentes ao acontecimento ambiental. Diante dessa realidade, edifica-se uma “racionalidade ambiental”, que ganha força na incorporação do discurso ambiental por diferentes discursos contemporâneos, como o científico, o econômico, o jurídico, o educacional e o comunitário, e em diversos contextos, como no âmbito da inovação tecnológica, das práticas de autogestão comunitária, dos novos direitos socioambientais, do ativismo dos movimentos sociais, da produção do conhecimento científico e tecnológico, dos programas curriculares, das práticas pedagógicas e dos espaços institucionais de diálogos interdisciplinares. Dessa forma, a compreensão das múltiplas manifestações associadas às diversas práticas sociais que de alguma forma contribuem para a edificação da racionalidade ambiental possibilita uma visão mais detalhada dos elementos em disputa no campo ambiental. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho, sustentado por pesquisa teórica, se desdobra na investigação sobre as transformações das práticas de lazer (compreendidas enquanto práticas sociais) diante do acontecimento ambiental.

Palavras-chave: Acontecimento ambiental. Lazer. Ambientalização.

Introdução e objetivos

As disputas em torno da problemática socioambiental indicam que essa se configura enquanto objeto de saber e eixo de uma prática discursiva, configurando um novo campo de poder e de luta no interior do qual são disputados interesses e sentidos concernentes ao acontecimento² ambiental. O discurso, espaço no qual saber e poder se articulam em um jogo de ação e reação, dominação e resistência, é compreendido como conjunto de signos e ordenação dos objetos e relações de

¹ Doutorando em Educação, Universidade Federal de São Carlos. E-mail: cae_jah@hotmail.com

² A ideia de “acontecimento” apoia-se no surgimento de novas linhas de pensamento consequentes de uma série de ocorrências relacionadas a um mesmo fenômeno provocando questionamentos e “instabilidade” nos conceitos e processos sociais (FOUCAULT, 2006)

poder, configurando um jogo de relações fora do qual o objeto do discurso não pode ser compreendido (FOUCAULT, 1999).

Dessa forma, o “saber ambiental”³, enquanto discurso contemporâneo, inscreve-se no campo discursivo do ambientalismo, que se desdobra nas práticas discursivas do “desenvolvimento sustentável”, incorporando princípios e valores relacionados à diversidade cultural, às questões de equidade e solidariedade e à sustentabilidade ecológica, social e econômica, constituindo um saber que, consciente da racionalidade dominante no campo das ciências, busca diferentes estratégias na construção de uma “racionalidade ambiental” (FARIAS, 2008). A edificação dessa racionalidade ganha força na incorporação do discurso ambiental por diferentes discursos contemporâneos, como o científico, o econômico, o jurídico, o educacional e o comunitário, e em diversos contextos, como no âmbito da inovação tecnológica, das práticas de autogestão comunitária, dos novos direitos socioambientais, do ativismo dos movimentos sociais, da produção do conhecimento científico e tecnológico, dos programas curriculares, das práticas pedagógicas e dos espaços institucionais de diálogos interdisciplinares.

Um ponto importante a se destacar é que a construção da racionalidade ambiental não conforma um conjunto homogêneo, fechado e acabado de conhecimentos, pelo contrário, está inserida na disputa pela hegemonia de sentido, se desdobrando em um campo de formações ideológicas heterogêneas, criando “territorialidades em luta”, constituídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais e evidenciando as marcas das contradições e contestações existentes entre suas matrizes discursivas (LEFF, 2006). Dessa forma, a compreensão das múltiplas manifestações associadas às diversas práticas sociais que de alguma forma contribuem para a constituição do “saber ambiental” possibilita uma visão mais detalhada dos elementos em disputa no campo ambiental.

³ Compreendido enquanto prática discursiva, o “saber ambiental” situa-se no campo das cisões, lutas e conflitos que ocorrem em diferentes espaços e práticas institucionais das distintas áreas do conhecimento, conseqüentemente, sendo os modos de sua constituição nesses domínios constantemente questionados (LEFF, 1997).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho, sustentado por pesquisa teórica, se desdobra na investigação sobre as transformações das práticas de lazer (compreendidas enquanto práticas sociais) diante do acontecimento ambiental.

O campo ambiental e a ambientalização das práticas de lazer

Segundo Carvalho (2001), podemos considerar o “campo ambiental” um campo de produção cultural específico, pois em sua estrutura instituída (por isso, instituinte de relações objetivas materiais e simbólicas) há atores que compartilham questões de interesse do campo e, principalmente, atores que sustentam pontos de vistas diferentes, caracterizando uma disputa pelo poder simbólico e pelo capital econômico, social e cultural⁴. Isso porque dentro de um campo as relações de poder são estruturadas a partir de um processo de tensão permanente e constante pelo qual poderes e autoridades são distribuídos desigualmente a partir de distintas categorias, representações, crenças e esquemas classificatórios.

Na configuração do campo ambiental, podemos observar importância à participação de diferentes agentes que se revelaram no lugar de dominância (figuras de autoridade) e nas periferias do campo, desde grupos sociais, como empreendedores e populações vulneráveis ou sob risco, até profissionais e especialistas responsáveis pela implantação da temática interdisciplinar nas políticas públicas e nas instituições de Estado. Dessa maneira, podendo-se afirmar que a temática ambiental, sob os efeitos de disputas no interior ou na interseção de campos profissionais, é gerada (inventada) relacionando-se às tradições específicas dos respectivos campos, cabe afirmar também que é influenciada pela história prévia de movimentos sociais, sendo apropriada por ou associada a conflitos anteriores reelaborados sob novas linguagens (LOPES, 2006).

⁴ De acordo com Bourdieu (1989), pela compreensão da sociologia como uma “topologia social” pode-se construir uma representação do mundo social em forma de um espaço (mais especificamente, um universo estruturado por diversos espaços que, apesar de suas características distintas, não podem ser compreendidos fora de uma concepção relacional e sistêmica), no qual princípios de diferenciação ou de distribuição de força ou poder definem a “posição relativa” de seus indivíduos e grupos (agentes ou atores). Na medida em que as propriedades constituintes deste espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como “campo de forças”, ou seja, um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos que entrem nesse campo. Essas propriedades atuantes são as diferentes espécies de poder ou de capital que se manifestam em diferentes campos.

Esse processo de adoção do discurso ambiental por parte de diferentes grupos sociais e a incorporação de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas e científicas pode ser compreendido pela noção de “ambientalização” (ACSELRAD, 2010). Seguindo essa lógica, novos fenômenos emergem e são expostos à esfera pública, e fenômenos já conhecidos ganham uma nova roupagem ambiental, sendo que, na medida em que diferentes atores sociais “ambientalizam” seus discursos, instauram-se disputas de legitimidade que buscam caracterizar diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas.

Esse complexo campo de disputa reflete em transformações simultâneas no Estado e no comportamento das pessoas em suas atividades cotidianas, e a manifestação da questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos ganha força em praticamente todas as esferas da vida pública e privada, inclusive nas práticas de lazer. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os processos de ambientalização implicam em transformações nas diversas esferas sociais, cada uma dessas esferas também contribuem, a partir de suas particularidades, para a construção dos conceitos e práticas que envolvem o “ambiental”. Dessa forma, justifica-se um olhar atento para as transformações que ocorrem dentro de cada uma dessas esferas, e o lazer, enquanto fenômeno social global, certamente destaca-se enquanto interessante campo de investigação diante desses questionamentos.

O lazer nas últimas décadas passou a ocupar um espaço significativo em jornais, periódicos de assuntos gerais e na comunidade acadêmica como um todo, destacando-se a organização de grupos de pesquisa oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, a realização de eventos científicos relacionados ao assunto e o incremento do número de publicações específicas (GOMES e MELO, 2003). Diante dessa crescente quantitativa e qualitativa, cresce também o número de trabalhos que investigam as sinergias entre o lazer e as questões ambientais, acompanhando a tendência de outras áreas.

Entretanto, esses trabalhos, em sua maioria, têm como foco principal as relações entre as atividades na natureza (compreendidas como práticas de lazer) e a conscientização ambiental, que ocorreria especialmente pela sensibilização

decorrente do envolvimento do indivíduo com uma natureza bela, distante e frágil (RODRIGUES, 2010). Desta maneira, essas relações ficam demasiadamente presas a um conceito preservacionista, deixando de reconhecer que as raízes da aparente crise ambiental contemporânea se desdobram na natureza simbólica do ser humano, ou seja, estão associadas à maneira como o ser humano compreende o mundo, e se formam e reformam por meio de um projeto sociocultural que envolve o conhecer e o reconhecer num constante e permanente jogo de ideias e discursos.

Nesse sentido, destaca-se uma compreensão de lazer enquanto fenômeno historicamente constituído, e que possui relações dialéticas com a sociedade, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada na vivência de seus valores. Dessa forma, o lazer se configura como prática social, não podendo, aliás, ser pensado isoladamente de outras práticas sociais. Enquanto prática social constitui-se como:

(...) dimensão da cultura capaz de promover a conscientização dos indivíduos através de suas vivências e experiências (lúdicas ou não lúdicas) de diversos conteúdos culturais em um tempo e espaço próprios, tendo como dimensão fundamental a intencionalidade do ser (SILVA, 2008, p.20-21).

Seguindo essa lógica, pensar nos encontros contemporâneos entre o lazer e as questões ambientais significa situar essa prática social diante do acontecimento ambiental e dos processos de ambientalização da realidade social, compreendendo que os questionamentos levantados pelo acontecimento ambiental indubitavelmente mexem com importantes postulados modernos, como, por exemplo, a relação ser humano-mundo (natureza) nas diversas práticas sociais, inclusive o lazer.

Considerações finais: a prática social lazer diante do acontecimento ambiental

Nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento cultural dava os primeiros passos em direção a uma consolidação nacional, fortalecia-se uma sociedade de produção industrial. Assim, sem praticamente nenhuma tradição cultural, entramos vulneravelmente na fase da produção e do consumo, situação que explica o rápido crescimento da “indústria do lazer” (indústria do entretenimento) e a

dependência do ser humano pelo consumo do produto lazer (RODRIGUES e STEVAUX, 2010). Essa dependência histórica e cultural do ser humano pelo consumo de um lazer que está diretamente ligado à indústria do entretenimento se alicerça, sobretudo, à capacidade de adaptação desse mercado diante de novos fenômenos sociais, sempre garantindo, com a indispensável força da propaganda, novos espaços de atuação.

Dessa forma, a indústria do lazer parece estar sempre atenta às demandas dos discursos emergentes, e o fortalecimento do discurso ambiental sem dúvida oferece um interessante nicho para o mercado do lazer. A utilização de terminologias como “ecoturismo”, “turismo ecológico” e “turismo sustentável” oferecem uma legitimação a esse mercado, que, dessa maneira, assume um status de modernidade e de comprometimento com os princípios da sustentabilidade (SAMPAIO, 2006).

Nas últimas décadas constata-se um grande crescimento da procura pelas práticas fora do meio urbano, conseqüente, principalmente, do grande crescimento do turismo (associado ao aumento do “tempo de não trabalho” ou “tempo disponível”⁵, ao incentivo governamental para essas práticas, e aos avanços tecnológicos, como os de comunicação e de transporte) e da criação de um imaginário de modernidade e saúde associado, em grande parte pela mídia, a essas práticas (SAMPAIO, 2006). No entanto, quando associadas à indústria do lazer, essas práticas são geralmente oferecidas como “mercadoria” ou como elemento “compensatório” para a vida estressante do meio urbano, fortalecendo a ideia de uma natureza como um espaço alternativo, geralmente ligado a um ideal de beleza.

Conseqüentemente cria-se uma ideia de fuga da realidade cotidiana, consolidando um ideal preservacionista alicerçado num apelo de sensibilização ambiental que, no geral, não está associado às raízes dos problemas ambientais, afastando-se do significado maior da sustentabilidade, da transformação de uma realidade que é complexa, e de um contexto que é mais amplo, o da coletividade. Em outras palavras, um ideal que dissocia as raízes dos problemas ambientais das

⁵ Conceitos utilizados por diversos autores para caracterizar o tempo em que o indivíduo não está comprometido com o trabalho (MARCELLINO, 2000; KISHIMOTO, 1999; DE DECCA, 2002; PINTO, 2001).

questões socioculturais, ao mesmo tempo solidificando as diferenças entre aqueles que podem comprar “fugas do cotidiano” e os que sofrem diariamente as consequências da desigual distribuição de capitais (materiais e simbólicos) (RODRIGUES e FREITAS, 2011).

No entanto, se por um lado o discurso ambiental e mesmo os processos de ambientalização abrem um interessante nicho para o mercado de lazer, por outro lado o “ambiental” - enquanto acontecimento - pode gerar questionamentos aos postulados que sustentam a própria estrutura da relação de produção e consumo que alicerça a indústria de lazer. Aliás, em muitos casos, o turismo se apresenta como uma interessante alternativa a ações ambientais predatórias. Exemplo disso é o caso da região do Alto Ribeira-SP, onde muitos moradores que se dedicavam à extração de palmiteiros da mata nativa e de ornamentos rochosos das cavernas da região se especializaram como guias para acompanhar grupos pelas trilhas e cavernas do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), ou transformaram suas casas em pequenos estabelecimentos comerciais (pousadas, padarias, mercadinhos, etc.). Assim, ao mesmo tempo em que uma nova possibilidade de renda se apresenta aos moradores da região, cria-se a necessidade de se conservar o meio ambiente para atender ao público que vai visitar o parque.

No entanto, há de se considerar alguns problemas, como o da sazonalidade e o da acessibilidade. Como diversas outras práticas de lazer na natureza, o turismo no PETAR ainda está muito ligado a um fluxo que depende da sazonalidade, ou seja, recebe poucos visitantes na maior parte do ano e um número maior do que o ambiente suporta em época de férias ou feriados prolongados. Assim, os moradores precisam gerar renda na época em que os visitantes aparecem, sobrecarregando a capacidade de visitação que o ambiente suporta. Já o problema da acessibilidade está ligado ao poder de consumo do visitante, ou seja, é um turismo acessível apenas a quem pode comprá-lo. Uma solução para ambos os problemas seria uma programação de visitas regulares com grupos que possuem diferentes capitais financiadas por programas governamentais ou da iniciativa privada. Considerando os diversos espaços em que isso poderia ser realizado, uma programação agendada poderia garantir um fluxo contínuo de visitação (garantindo renda permanente aos

moradores locais) e uma acessibilidade às práticas de lazer na natureza para diversos públicos.

Uma sinergia entre práticas de lazer e as questões ambientais como a citada acima, consolidada em estruturas que dependem largamente da valorização do ambiente local (inclusive dos moradores da região), cria uma necessidade significativa de conservação ambiental, que inclui não só o respeito pelo ecossistema local, mas também o respeito pelo saber, pelo conhecimento, pelo viver, pelo tempo próprio e pela qualidade de vida de todos que ali habitam. Essa é uma relação que compreende o lazer enquanto prática social.

Dessa forma, um olhar sobre a ambientalização das práticas de lazer vai além da discussão sobre a mercantilização das paisagens naturais, ou sobre a apropriação dessas práticas pela indústria do lazer. Um olhar sobre a ambientalização das práticas de lazer deve considerar, talvez acima de tudo, como essas práticas contribuem e como podem contribuir para a construção dos novos conceitos que se deparam diante do acontecimento ambiental, principalmente considerando as particularidades específicas das práticas de lazer em relação a, por exemplo, as práticas formais de ensino ou os conflitos sociais.

O lazer, enquanto prática que carrega valores como o da “espontaneidade”, da “não obrigatoriedade” e até mesmo do “prazer”, se apresenta como um espaço privilegiado de relações sociais. Outra característica marcante das atividades de lazer é o envolvimento de “corpo inteiro” que os indivíduos vivenciam nessas atividades, ou seja, não é uma relação passiva, distante, é uma relação ativa, multisensorial. Isso significa que a aprendizagem pelas práticas de lazer tem gosto, tem cheiro, tem sentido, ou seja, é uma aprendizagem “in-corporada”.

Nesse sentido, a manifestação de atividades de lazer que privilegiem a real valorização do meio ambiente, considerando o todo ecossistêmico (como os exemplos anteriormente citados), podem efetivamente contribuir para a construção de conceitos que, diante do acontecimento ambiental, podem provocar questionamentos e até mesmo rupturas nos processos sociais vigentes. Para tanto, faz-se necessário um movimento coletivo pela compreensão do lazer enquanto

prática social, movimento que envolve educação, cultura, experiência, tempo e espaço, acima de tudo, transformação e respeito pela diversidade.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010. p.103-119.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

DE DECCA, Edgar S. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, H. T. **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002. p.50-73.

FARIAS, C. R. O. **A produção da política curricular nacional para a educação superior diante do acontecimento ambiental**: problematizações e desafios. 2008. 215 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 2ed. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, 2003.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Ambiente, interdisciplinarietà y currículum universitario: la educación superior en la perspectiva del desarrollo sustentable. In: ALBA, A. (Coord.). **El currículum universitario**: de cara al nuevo milenio. México: Centro de Estudios sobre la Universidad/UNAM/Plaza y Valdés Editores, 1997, p.205-211.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n.25, jan./jun., 2006, p.31-64. Porto Alegre.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 6.ed. Campinas: Papirus, 2000.

PINTO, Leila M. S. M. Dicionário crítico da educação: lazer. **Presença Pedagógica**, v.7, n.40, p.90-93, 2001.

RODRIGUES, C. Observando os "estudos do meio" pela lente da Educação Ambiental Crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.24, p.503-517, jan./jul. 2010.

RODRIGUES, C.; FREITAS, D. Educação física, educação ambiental e educação infantil: confluências em experiências lúdicas. In: GONÇALVES JUNIOR, L.; CORRÊA, D. A.; RODRIGUES, C. **Educação e experiência**: construindo saberes em diferentes contextos. Curitiba: Editora CRV, 2011. p.13-40.

RODRIGUES, C.; STEVAUX, R. P. Do *chronos* ao *kairos*: os tempos da educação para o lazer. **Lazer e Sociedade**: Lazer, Educação e Cidadania, dez. 2010. p. 28-42.

SAMPAIO, T. M. V. Educação física, lazer e meio ambiente: desafios da relação ser humano e ecossistema. In: MARCO, A. (Org.). **Educação Física**: cultura e sociedade. Campinas: Papirus Editora, 2006.

SILVA, R. A. **Lazer e processos educativos**: o olhar de gestores de clubes de empresa. 2008. 65p. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.